



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/01/2015



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CORREIÇÕES.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADOR.....	3
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	7
2.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	8 - 9
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CORREIÇÕES.....	11 - 12
4.2. DECISÕES.....	13 - 14
4.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	15 - 16
4.4. SEGURANÇA.....	17
4.5. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	18 - 19

Unidades judiciais do Maranhão iniciam correição geral ordinária

Durante a correição, não serão realizadas audiências ordinárias e a atuação processual do juiz ficará limitada aos atos de urgência; apenas por motivo de força maior, imediatamente comunicado ao corregedor-geral da Justiça

Varas de São Luís e do interior do estado iniciaram correição geral ordinária (na terça-feira, 6) nas suas Secretarias Judiciais. As atividades correicionais visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional, à celeridade nos serviços judiciais nas secretarias judiciais, nas secretarias de diretorias de fóruns e nas serventias extrajudiciais. Destinam-se também a prevenir irregularidades e a apurar reclamações, denúncias e faltas disciplinares.

A 5ª Vara Criminal de São Luís iniciou ontem sua correição e as atividades seguirão até o dia 15. Na 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, os trabalhos se estenderão até o dia 20 deste mês.

No Fórum da Comarca de Pa- raibano, os trabalhos foram iniciados ontem com encerramento marcado para o dia 20. Já na 5ª Vara de Caxias, os trabalhos começarão no dia 12 deste mês.

Na 2ª Vara de Estreito, a correição tem início na quarta-feira, a exemplo da 1ª Vara de Família de Açailândia. Na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, os trabalhos correicionais começaram ontem e seguirão até o dia 16.

Resolução - As correições ordinárias e extraordinárias fazem

parte do calendário oficial da Corregedoria. Além dos Juizados Especiais, varas da capital e comarcas do interior passarão por correição ao longo deste ano.

A correição ordinária realizada pelo juiz de Direito da comarca, Vara ou Juizado visa analisar a regularidade na tramitação dos feitos judiciais e medir o tempo de cumprimento pela secretaria das determinações exaradas (gravadas).

Outras funções da correição: constatar a regularidade na remessa das informações mensais ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça; verificar as condições prediais e patrimoniais do fórum; verificar as condições de armazenamento dos processos em curso; verificar o cumprimento, por parte do secretário judicial, da exigência de lançar diretamente nos autos os atos meramente ordinatórios.

Sobre as correições, o juiz expedirá portaria com antecedência mínima de cinco dias, nela devendo constar dia, hora e local do início e término dos serviços; nome do secretário e de seu substituto; determinação de que todos os processos se encontrem nas serventias com 24 horas de antecedência ao início dos trabalhos e nota de que qualquer pessoa do povo

poderá apresentar reclamações contra os serviços judiciais.

Deverá ainda expedir convites ao promotor de Justiça, ao representante da OAB e ao defensor público para acompanhamento dos serviços. O juiz determinará a publicação da portaria no Diário da Justiça e divulgação nos meios de comunicação disponíveis na comarca e a remessa de cópias ao presidente do Tribunal de Justiça e ao corregedor-geral da Justiça.

Durante os trabalhos de correição, não serão realizadas audiências ordinárias, e a atuação processual do juiz ficará limitada aos atos de urgência. Somente por motivo de força maior, imediatamente comunicado ao corregedor-geral da Justiça, poderá o magistrado deixar de realizar a correição no período designado.

Primeira - A 2ª Vara da Comarca de Codó iniciou ontem, na Sala de Audiências da unidade, a primeira Correição Geral Ordinária do ano. O encerramento da ação está designado para o próximo dia 20, às 18h. Comanda a correição o titular da 2ª Vara, juiz Hóldice Cantanhede Barros.

De acordo com informações da secretaria da unidade, a análise de processos acontece por

amostragem. Entre os processos a serem correicionados, os 50 mais antigos em tramitação na unidade, processos de réus presos (definitivos e provisórios), além de 10 a 20 processos de cada matéria em tramitação.

Na Portaria que trata da correição (Portaria 10/2014), o magistrado determinou o recolhimento de todos os processos em poder de advogados, procuradores, membros do Ministério Público, peritos e auxiliares do Juízo.

De acordo com o documento, os processos devem ser mantidos na Secretaria Judicial durante a correição, devendo ser devolvidos ao fim do processo. Entre as competências da 2ª Vara, execução criminal, registro público, curatela, tutela, Tribunal do Júri, crime e outras.

Programação de Correição

5ª Vara Criminal de São Luís
- Começou dia 6 e se
estenderá até o dia 15

3ª Vara do Tribunal do
Júri de São Luís - Os
trabalhos já começaram
e se estenderão
até o dia 20

Comarca de Paraibano -
Correição começou
ontem e se estenderá
até o dia 20

5ª Vara de Caxias - A
correição começará no
dia 12 deste mês

2ª Vara de Estreito - A
correição teve início ontem e
se estenderá até o dia 20

1ª Vara de Família de
Açailândia - Correição
começou ontem e se
estenderá até o dia 20

2ª Vara da Infância e
Juventude de São Luís - Os
trabalhos correicionais
começaram ontem e seguirão
até o dia 16

2ª Vara da Comarca de Codó
iniciou ontem e se estenderá
até o dia 20 deste mês

Mais

Correição Ordinária Geral tra-
ta-se de fiscalização rotineira,
feita anualmente pelo diretor
do Foro sobre os serviços do
foro judicial, dos Juizados Es-
peciais Cíveis e Criminais, dos
Serviços Notariais e de Regis-
tro, dos serviços da Justiça de
Paz e da Polícia Judiciária.



Novos membros tomam posse no Pleno do TRE-MA

Divulgação/TRE

Advogados Daniel Leite e Eduardo Moreira atuarão como desembargadores

Dois novos desembargadores eleitorais titulares tomaram posse no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão ontem, em ato realizado no gabinete da presidência. Trata-se dos advogados Daniel de Faria Jerônimo Leite e Eduardo José Leal Moreira, que foram nomeados pela presidente da República para assumirem a função no TRE-MA no dia 16 de dezembro de 2014.

A posse solene de ambos, que atuarão no órgão no biênio 2015-2016, ocorrerá no dia 27 de janeiro, data em que o Regional realizará sua primeira sessão do ano. No mesmo dia, Leite e Moreira, além de tomarem assento oficial na Corte, serão condecorados com a Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares.

Em nome dos membros do Tribunal, o desembargador Froz Sobrinho (presidente) desejou boas-vindas aos empossados, ressaltando o comprometimento deles com o direito e com a Justiça Eleitoral.

Após juramento, leitura do termo e assinatura de posse, Daniel Leite se disse honrado em compor a Corte do TRE, lembrando seus 10 anos de luta em prol da democracia e do cumpro-



Os novos juízes do TRE ao lado do desembargador Froz Sobrinho

Mais

Eduardo Moreira já atuava como jurisconsulto substituto no tribunal maranhense. Daniel Leite, por sua vez, foi escolhido pela presidente Dilma Rousseff, no lugar de Daniel Blume, que era substituto e cotado como favorito para assumir a vaga de titular. Os dois novos representantes da OAB-MA na Justiça Eleitoral podem ser reeleitos por mais um biênio.

mento da lei. "Prometo cumprir fielmente o mandato em prol da Justiça Eleitoral do Maranhão com seriedade, compromisso e dedicação".

Prestigiaram a posse membros da Corte, ex-membros, desembargadores do TJMA, procuradores da República, advogados e familiares dos empossados.

Composição - O artigo 96, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as Cortes dos Tribunais Regionais Eleitorais têm que ser compostas por 2 desembargadores do Tribunal de Justiça, 1 juiz federal, 2 juízes estaduais e 2 juristas.

Com essa posse, o TRE-MA passa a ser composto pelos desembargadores eleitorais Froz Sobrinho (presidente), Guerreiro Júnior (corregedor), Clodomir Reis (diretor da EJE), Eulálio Figueiredo (ouvidor), Alice Rocha, Daniel Leite e Eduardo Moreira.

Rápida

Juizado

Desde o início da manhã de ontem, dia 7, estão paralisadas as atividades no 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Uniceuma, Campus II, Cohama). Segundo informações da Secretaria de Supervisão dos

Juizados Especiais, ligada à Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, a causa da paralisação seria um problema ocorrido na subestação de energia localizada no Campus, cujo fornecimento de energia foi interrompido.

Justiça declara que a convocação de novos policiais militares é regular

Pag. 11



Justiça declara que a convocação de novos policiais militares é regular

A convocação dos excedentes tem por objetivo diminuir o déficit de policiais no Estado, agindo diretamente no combate à violência

A medida que prevê a convocação de mil candidatos aprovados na primeira fase do concurso realizado em 2012 para compor os quadros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Maranhão não possui impedimento legal. O procedimento já tinha sido apontado em parecer da Procuradoria Geral do Estado ainda na antiga gestão, mas foi ignorado à época.

O processo de convocação está sendo coordenado pela Secretaria de Estado de Gestão e Previdência (Segep). O titular da pasta, Felipe Camarão, explica que, revestido do poder de autotutela da Administração Pública, o Estado pode rever seus atos administrativos quando considerados contrários ao interesse público.

"Nada impede, juridicamente, que façamos essa chamada. Vamos prorrogar a validade do concurso e, aos poucos, chamar o quanto for possível para tentar solucionar os problemas da segurança pública no Maranhão", adianta o secretário Felipe Camarão.

ANÚNCIO - A convocação dos excedentes foi anunciada durante a posse do governador do Maranhão, Flávio Dino, e for-



Maranhão possui a menor proporção de policiais por habitantes do país

malizada através de decreto, assinado no dia 1º deste mês, com o objetivo diminuir o déficit de policiais no Estado, agindo diretamente no combate à violência. O reforço militar se fez necessário diante dos alarmantes dados do Ministério da Justiça, onde o Maranhão possui a menor proporção de policiais por habitantes do país, sendo um policial para cada 890 habitantes.

A medida institui a convocação dos primeiros mil colocados dentre aproximadamente 15

mil participantes do concurso que tiveram média para aprovação, mas ficaram abaixo da média de corte e por isso não foram classificados. "Chamaremos só os que alcançaram a pontuação exigida, até os 24 pontos. E a ordem será a de classificação", destaca o secretário Felipe Camarão. Os novos convocados passarão por testes de aptidão física e curso de formação.

Além da convocação, o decreto institui ainda a formação de uma Comissão específica

para analisar caso a caso pendências com candidatos que questionem reprovações através de ações judiciais. Gerenciada pela Segep, a comissão vai avaliar os motivos da reprovação e os argumentos apresentados, propondo acordos a serem submetidos à homologação judicial, quando cabível.

A convocação integra o conjunto de 17 medidas, entre projetos de lei, medidas provisórias e decretos, a serem executadas de imediato pela nova gestão.

- INSCRIÇÕES PRORROGADAS

Estão prorrogadas as inscrições para seleção de projetos sociais na 2ª Vara de Execuções Penais até o dia 16 de janeiro de 2015. De acordo com informações da secretaria da VEP, já existem 13 projetos inscritos, o que significa um aumento em relação ao ano passado, que até o final do período de inscrição recebeu somente 11 projetos. Em 2014, a VEP contemplou 8 projetos, destinando recursos, cujos valores variaram entre 2 e 5 mil reais. Esses recursos são obtidos através das transações penais. Para realizar a inscrição, as instituições devem estar em dia com a documentação e estabelecer parceria com a vara, através de assinatura de termo de convênio.

- PARCERIAS

A 2ª VEP possui hoje convênio com instituições distribuídas em praticamente todos os bairros de São Luís, elas englobam desde associação de moradores, creches, igrejas, grupos folclóricos e secretarias municipais de educação e saúde. Nestas instituições, os condenados a pagar prestação de serviço à comunidade exercem atividades em setores como: portaria, apoio administrativo e serviços gerais, até atividades especializadas como professores, entre outros, contribuindo assim com o bom andamento da instituição, em sua maioria, carente de recursos humanos e materiais.

- CRITÉRIOS

De acordo com o edital, um dos critérios de seleção é o fato da entidade/parceira receber maior quantitativo de reeducandos possíveis. Assim, a instituição contribui com a Justiça, na efetiva execução das penas, e a Justiça retribui a instituição com recursos provenientes dos próprios apenados, que pagam outro tipo de pena que é a prestação pecuniária. Desta forma, todos ganham: Justiça, instituição, sociedade.

SISTEMA PRISIONAL

Governo fortalece integração de poderes na execução de ações

O secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, reuniu, nesta terça-feira (6), membros do Comitê de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário para apresentar e discutir o planejamento estratégico de trabalho para 2015, bem como reafirmar a parceria do Governo do Estado com toda a rede de órgãos e entidades da área.

O encontro teve a participação de representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Polícia Civil e Poder Judiciário, e aconteceu na sala do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Fróz Sobrinho. Murilo Andrade de Oliveira garantiu que está pronto para trabalhar e recuperar todo o atraso na execução de políticas públicas para o Sistema Prisional.

"Planejamos essa primeira reunião, na verdade, antes mesmo de assumirmos a pasta porque entendemos que precisamos unificar ainda mais esse trabalho integrado e positivo, já mostrado pelo comitê. Nossa urgência é tratar os problemas de forma pontual, até saná-los. Sabemos que o Sistema Prisional do Maranhão sofreu um desgaste muito grande ao longo dos anos. O governador Flávio Dino já garantiu que vamos trabalhar para mudar esse quadro que, felizmente, já começa a se organizar, a partir de medidas que estamos adotando. Nosso intuito é tornar o Estado como referência, e respeitado na aplicação das políticas públicas para a área", adiantou Murilo Andrade de Oliveira.

A mesa redonda foi presidida pelo desembargador Fróz

Sobrinho que antecipou pontos importantes, tais como a qualificação dos servidores penitenciários e dos métodos de trabalho. "Nesse primeiro encontro é importante reforçarmos pontos relevantes. O primeiro deles é manter o trabalho desse comitê integrado nessa nova caminhada. Também precisamos ampliar mais nossa comunicação, troca de dados referentes aos detentos, e dessa forma qualificar os presídios e não quantificá-los", citou o presidente da casa e coordenador do comitê.

Murilo destacou o empenho do novo governo em solucionar a problemática do Sistema prisional do estado. "Por determinação do governador Flávio Dino estamos, nesse primeiro momento, identificando os principais pontos que serão atendidos pelas medidas emergenciais destinadas ao sistema penitenciário".

Entre os pontos considerados urgentes na reunião foram destacados o reforço da segurança interna das unidades prisionais, com a oferta de postos de trabalho e de capacitação da população carcerária.

DEPEN FIRMA PARCERIA COM GOVERNO - Ainda nesta terça-feira (6), a diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, Valdirene Daufemback, visitou as instalações do Centro de Observação, Classificação e Triagem (COCT), do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Penitenciária de Pedrinhas. A visita representa o compromisso e a parceria do Governo Federal com as ações penitenciárias estaduais.

A representante do Depen

conheceu as dependências das três unidades prisionais, averiguou a execução das Políticas Públicas voltadas ao Sistema Carcerário e conversou com os internos. "Estamos realizando uma visita e verificando o funcionamento de cada unidade prisional. Após essa etapa, vamos estabelecer uma agenda de compromissos com o governador Flávio Dino, de modo a defi-

nirmos o realinhamento das ações que serão executadas, em conjunto, com o Depen nos próximos anos", explicou.

A comitiva dialogou com os internos das três unidades. No CDP, a diretora de Políticas Públicas do Depen conheceu as salas de aula. Já na Penitenciária de Pedrinhas, eles fiscalizaram o Centro de Saúde que atende internos de todo o Complexo Penitenciário.



Secretário Murilo Andrade em reunião com integrantes do Comitê

PARCERIAS



Parceria firmada entre a Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF), Governo do Estado e a iniciativa privada está incentivando a qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho de egressos do sistema prisional. A articulação é orientada pela Lei Estadual 9.116/2010, que determina às empresas interessados em manter contrato com o Estado a abertura de percentual de vagas de emprego a quem necessita ser ressocializado depois de cumprir pena. A ação faz parte do programa de reinserção social Começar de Novo, coordenado pelo Judiciário estadual. As vagas também são geradas por meio da sensibilização da classe empresarial local, no tocante à contribuição para o processo de ressocialização de apenados.

REGRAS

O vínculo empregatício dos apenados segue as regras previstas na Lei de Execuções Penais (LEP 7.210/1984), tendo finalidade educativa e produtiva, não estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Por um lado buscamos estratégias para a efetivação da lei, mas por outro também tentamos fortalecer as parcerias com empresas que compreendem que o processo de inclusão da população egressa do sistema prisional é responsabilidade da sociedade", ressalta o coordenador geral da UMF, desembargador Froz Sobrinho.

ENCAMINHAMENTO

O público beneficiado faz parte de um banco de dados composto por apenados encaminhados pela Vara de Execuções Penais e outros detentos do regime aberto e semi aberto que buscam a UMF para ter acesso a documentos, cursos e vaga de trabalho. O encaminhamento também é feito pelo Núcleo de Inclusão Produtiva e Educação da SEJAP seu banco de dados, considerando o perfil solicitado pelas empresas. Integrada recentemente ao programa, a empresa PG Mineração mantém em seu quadro 15 egressos e pessoas que ainda cumprem pena. O número de vagas será ampliado com a assinatura de outro termo de parceria entre a PG, Tribunal de Justiça, SEJAP e Defensoria Pública.

OUTRAS VAGAS

Outras duas vagas foram ofertadas pela MASAN Alimentos e Serviços por meio do Portal do Programa Começar de Novo, sendo uma destinada a integrante da Unidade Prisional Feminina, indicada pela direção. A chefe da Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Araújo, destaca que as empresas, mesmo antes de firmadas as parcerias, já desenvolviam ações de inclusão social de apenados, inserindo em seus quadros de funcionários cumpridores de pena do regime fechado e semi-aberto.

MONITORAMENTO

Criada em 2012, a Unidade de Monitoramento Carcerário apoia as ações da Justiça estadual na área da execução penal, acompanhando os mutirões para reavaliar prisões, e implementando projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e egressos, previstos no Programa Começar de Novo. Faz parte do trabalho da unidade a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal e do sistema de execução de medidas socioeducativas voltadas aos adolescentes em conflito com a lei; além do apoio logístico às varas de execução e o estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas no setor carcerário.

ASSISTÊNCIA VOLUNTÁRIA

"A instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária, a implementação de políticas públicas no âmbito do sistema penitenciário também estão entre as competências da unidade de monitoramento", complementa o coordenador executivo, Ariston Apoliano. Na divisão de assistência jurídica da UMF, é feito o acompanhamento da situação processual dos detentos e das guias de execução e o levantamento de informações de presos provisórios. Os projetos do órgão são elaborados por uma equipe técnica, que é responsável pela produção dos relatórios das unidades prisionais existentes no Estado.

RESSOCIALIZAÇÃO

Emprego para egressos do sistema prisional

Parceria firmada entre a Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão UMF), governo do estado e a iniciativa privada está incentivando a qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho de egressos do sistema prisional. A articulação é orientada pela Lei Estadual 9.116/2010, que determina às empresas interessadas em manter contrato com o Estado a abertura de percentual de vagas de emprego a quem necessita ser ressocializado depois de cumprir pena.

A ação faz parte do programa de reinserção social Começar de Novo, coordenado pelo Judiciário estadual. As vagas também são geradas por meio da sensibilização da classe empresarial local, no tocante à contribuição para o processo de ressocialização de apenados.

O vínculo empregatício dos apenados segue as regras previstas na Lei de Execuções Penais (LEP 7.210/1984), tendo finalidade educativa e produtiva, não estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Por um lado buscamos estratégias para a efetivação da lei, mas por outro também tentamos fortalecer as parcerias com empresas que compreendem que o processo de inclusão da população egressa do sistema prisional é responsabilidade da sociedade”, ressalta o coordenador geral



Por um lado buscamos estratégias para a efetivação da lei, mas por outro também tentamos fortalecer as parcerias com empresas que compreendem que o processo de inclusão da população egressa do sistema prisional é responsabilidade da sociedade

Froz Sobrinho,
desembargador

da UMF, desembargador Froz Sobrinho.

O público beneficiado faz parte de um banco de dados composto por apenados encaminhados pela Vara de Execuções Penais e outros detentos do regime aberto e semiaberto que buscam a UMF para ter acesso a documentos, cursos e vaga de trabalho. O encaminhamento também é feito pelo Núcleo de Inclusão Produtiva e Educação da Sejam seu banco de dados, considerando o perfil solicitado pelas empresas.

2ª Vara inicia primeira correição ordinária do ano nesta quarta, 7

A 2ª Vara da Comarca de Codó deu início nesta quarta-feira (7), na Sala de Audiências da unidade, à primeira Correição Geral Ordinária do ano de 2015. O encerramento da ação está previsto para o próximo dia 20, às 18h. Comanda a correição o titular da 2ª Vara, juiz Holídice Cantanhede Barros.

De acordo com informações da secretaria da unidade, a análise de processos acontece por amostragem. Entre os processos a serem correicionados, os 50 mais antigos em tramitação na unidade, processos de réus presos (definitivos e provisórios), além de 10 a 20 processos de cada matéria em tramitação.

Na portaria que trata da correição (Portaria 10/2014), o magistrado determinou o recolhimento de todos os processos em poder de advogados, procuradores, membros do Ministério Público, peritos e auxiliares do Juízo. De acordo com o documento, os processos devem ser mantidos na Secretaria Judicial durante a correição, devendo ser devolvidos ao final da mesma.

Entre as competências da 2ª Vara, Execução Criminal, Registro Público, Curatela, Tutela, Tribunal do Júri, Crime e outras.

- A 2ª Vara da Comarca de Codó deu início, ontem, na Sala de Audiências da unidade, à primeira Correição Geral Ordinária de 2015.
- Estão prorrogadas as inscrições para seleção de projetos sociais na 2ª Vara de Execuções Penais até o dia 16 de janeiro de 2015.

Flávio Dino não vai homologar compra de iguarias prevista em licitação de Roseana Sarney

O governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) não vai homologar a compra de iguarias requintadas para abastecer a despensa do Palácio dos Leões, previstas numa licitação feita pelo governo Roseana Sarney (PMDB) no fim do ano passado.

PÁGINA 3 [C1]

Governador não vai homologar compra de iguarias prevista em licitação de Roseana

OSWALDO VIVIANI

O governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) não vai homologar a compra de iguarias requintadas para abastecer a despesa do Palácio dos Leões, previstas numa licitação feita pelo governo Roseana Sarney (PMDB) no fim do ano passado.

Por meio de nota, o governo do Maranhão informou que o edital no qual constam as iguarias – entre elas, 220 kg de bacalhau do Porto (preço: R\$ 17.800) e 80 kg de salmão defumado (preço: 5.530) – “foi publicado no dia 13 de novembro e a licitação, na modalidade de pregão ocorreu no dia 2 de dezembro, portanto, ainda na gestão anterior, que adjudicou o resultado do certame”.

“O processo encontra-se na Casa Civil para homologação, o que não ocorrerá nos termos propostos pelo governo passado”, esclarece a nota, que conclui, afirmando que “durante a gestão do governador Flávio Dino nenhum quilo de farinha d’água foi consumido no Palácio dos Leões pagos com recursos públicos, muito menos bacalhau e salmão”.

O esclarecimento é uma referência ao que foi divulgado em

blogs ligados ao grupo Sarney, de que Dino iria trocar as lagostas que Roseana Sarney pretendia licitar no começo do ano passado por bacalhau e salmão.

Em janeiro de 2014, em plena guerra contra criminosos, que atacavam ônibus a mando de facções instaladas nos presídios maranhenses, a governadora Roseana Sarney planejou promover uma licitação para abastecer as geladeiras das residências oficiais do governo – o Palácio dos Leões, no centro de São Luís, e a casa de praia usada pela governadora, na Ponta do Farol.

Os alimentos que constavam na lista remetiam a um cardápio de um restaurante cinco estrelas, como lagosta, camarões dos mais variados tipos, bacalhau do Porto e patinha de caranguejo, entre outras delicatessen.

Devido à repercussão do assunto – inclusive com intervenção da Justiça estadual, que mandou suspender a compra –, Roseana decidiu adiar a licitação, mas no fim do mesmo ano propôs novo certame, que agora, segundo o novo governo, não será cancelado, mas terá seus itens revistos por Flávio Dino.

NOTA DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO MARANHÃO

Acerca de licitação para abastecer a dispensa do Palácio dos Leões, a Secretaria de Estado da Comunicação esclarece que:

1. Todo o processo licitatório, desde a escolha dos itens constantes do edital, foi realizado pela ex-governadora Roseana Sarney;

2. O edital foi publicado no dia 13 de novembro e a licitação na modalidade pregão ocorreu no dia 2 de dezembro, portanto, ainda na gestão anterior, que adjudicou o resultado do certame;

3. O processo encontra-se na Casa Civil para homologação, o que não ocorrerá nos termos propostos pelo governo passado;

4. Por fim, esclarecemos que durante a gestão do governador Flávio Dino nenhum quilo de farinha d’água foi consumido no Palácio dos Leões pagos com recursos públicos, muito menos bacalhau e salmão.

9º Juizado Especial encontra-se com atividades paralisadas

Desde o início da manhã desta quarta-feira (07), encontram-se paralisadas as atividades no 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, UNICEUMA, Campus II, Cohama).

Segundo informações da Secretaria de Supervisão dos Juizados Especiais, ligada à Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, a causa da paralisação seria um problema ocorrido na subestação de energia localizada no Campus, devido ao qual o fornecimento de energia foi interrompido.

Ainda de acordo com a Secretaria dos Juizados Especiais, não há previsão de data para a realização do reparo na subestação.

- Desde ontem (7), estão paralisadas as atividades no 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Uniceuma, Campus II, Cohama.
- A causa da paralisação seria um problema na subestação de energia do Campus. Não há previsão para a realização do reparo na subestação.

Judiciário mantém plantão de segurança institucional

DIVULGAÇÃO



NO FÓRUM de São Luís, policiais militares são orientados sobre monitoramento dos acessos

Ocorrências como ameaças ou atentados que coloquem em risco a integridade de servidores, magistrados ou ao patrimônio das unidades judiciais em todo o Estado, devem ser informados à Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do telefone do plantão que atende pelo número (98) 98880-5226.

O serviço e outras ações implantadas pelo TJMA cumprem determinações previstas na Resolução nº 176/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Entre as medidas, algumas já

executadas pela atual gestão, estão a identificação de servidores por meio de crachás magnéticos com chip eletrônico de numeração única, aquisição de equipamentos eletrônicos de revista pessoal e monitoramento de ambientes, e a instalação de postos de policiamento junto às entradas dos fóruns.

No Fórum de São Luís, foi instalado sistema de controle de acesso do fórum. Junto às entradas principais da unidade funcionam catracas eletrônicas, detectores de metal de formato pórtico, raios-x para inspeção de bagagens e outros equipamentos de segurança.

Está em andamento processo de aquisição de sistema de videomonitoramento por câmeras para atender as comarcas de Imperatriz, Caxias, Timon, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Lago da Pedra. E, em São Luís, a 2ª Vara de Execuções Penais e a Coordenação de Material e Patrimônio do TJ.

Além dessa medida, foram distribuídos 90 detectores de metais portáteis para unidades judiciais e contratados oito postos de vigilância – cinco com policiais da reserva e três privados –, para comarcas que ainda não contavam com o serviço de segurança presencial.

Governo fortalece integração de poderes na execução de ações para o Sistema Prisional

O secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, reuniu, nesta terça-feira (6), membros do Comitê de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário para apresentar e discutir o planejamento estratégico de trabalho para 2015, bem como reafirmar a parceria do Governo do Estado com toda a rede de órgãos e entidades da área.

O encontro teve a participação de representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Polícia Civil e Poder Judiciário, e aconteceu na sala do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Froz Sobrinho. Murilo Andrade de Oliveira garantiu que está pronto para trabalhar e recuperar todo o atraso na execução de políticas públicas para o Sistema Prisional.

“Planejamos essa primeira

reunião, na verdade, antes mesmo de assumirmos a pasta porque entendemos que precisamos unificar ainda mais esse trabalho integrado e positivo, já mostrado pelo comitê. Nossa urgência é tratar os problemas de forma pontual, até saná-los. Sabemos que o Sistema Prisional do Maranhão sofreu um desgaste muito grande ao longo dos anos. O governador Flávio Dino já garantiu que vamos trabalhar para mudar esse quadro que, felizmente, já começa a se organizar, a partir de medidas que estamos adotando. Nosso intuito é tornar o Estado como referência, e respeitado na aplicação das políticas públicas para a área”, adiantou Murilo Andrade de Oliveira.

A mesa redonda foi presidida pelo desembargador Froz Sobrinho que antecipou pontos importantes, tais como a qualificação dos servidores penitenciários e dos métodos de trabalho. “Nesse primeiro encontro é importan-

te reforçamos pontos relevantes. O primeiro deles é manter o trabalho desse comitê integrado nessa nova caminhada. Também precisamos ampliar mais nossa comunicação, troca de dados referentes aos detentos, e dessa forma qualificar os presídios e não quantificá-los”, citou o presidente da casa e coordenador do comitê.

Murilo destacou o empenho do novo governo em solucionar a problemática do Sistema prisional do estado. “Por determinação do governador Flávio Dino estamos, nesse primeiro momento, identificando os principais pontos que serão atendidos pelas medidas emergenciais destinadas ao sistema penitenciário”.

Entre os pontos considerados urgentes na reunião foram destacados o reforço da segurança interna das unidades prisionais, com a oferta de postos de trabalho e de capacitação da população carcerária.



Secretário Murilo Andrade de Oliveira em reunião com integrantes do Comitê do Sistema Carcerário

Parcerias garantem emprego para egressos do sistema prisional no MA

Parceria firmada entre a Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF), Governo do Estado e a iniciativa privada está incentivando a qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho de egressos do sistema prisional. A articulação é orientada pela Lei Estadual 9.116/2010, que determina às empresas interessados em manter contrato com o Estado a abertura de percentual de vagas de emprego a quem necessita ser ressocializado depois de cumprir pena.

A ação faz parte do programa de reinserção social Começar de Novo, coordenado pelo Judiciário estadual. As vagas também são geradas por meio da sensibilização da classe empresarial local, no tocante à contribuição para o processo de ressocialização de apenados.

O vínculo empregatício dos apenados segue as regras previstas na Lei de Execuções Penais (LEP 7.210/1984), tendo finalidade educativa e produtiva, não estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Por um lado buscamos estratégias para a efetivação da lei, mas por outro também tentamos fortalecer as parcerias com empresas que compreendem que o processo de inclusão da população egressa do sistema prisional é responsabilidade da sociedade”, ressalta o coordenador geral da UMF, desembargador Froz Sobrinho.

O público beneficiado faz parte de um banco de dados composto por apenados encaminhados pela Vara de Execuções Penais e outros detentos do regime aberto e semi aberto que buscam a UMF para ter acesso a documentos, cursos e vaga de trabalho. O enca-

minhamento também é feito pelo Núcleo de Inclusão Produtiva e Educação da SEJAP seu banco de dados, considerando o perfil solicitado pelas empresas.

Integrada recentemente ao programa, a empresa PG Mineração mantém em seu quadro 15 egressos e pessoas que ainda cumprem pena. O número de vagas será ampliado com a assinatura de outro termo de parceria entre a PG, Tribunal de Justiça, SEJAP e Defensoria Pública.

Outras duas vagas foram ofertadas pela MASAN Alimentos e Serviços por meio do Portal do Programa Começar de Novo, sendo uma destinada a integrante da Unidade Prisional Feminina, indicada pela direção.

A chefe da Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Araújo, destaca que as empresas, mesmo antes de firmadas as parcerias, já desenvolviam ações de inclusão social de apenados, inserindo em seus quadros de funcionários cumpridores de pena do regime fechado e semi-aberto.

MONITORAMENTO – Criada em 2012, a Unidade de Monitoramento Carcerário apoia as ações da Justiça estadual na área da execução penal, acompanhando os mutirões para reavaliar prisões, e implementando projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e egressos, previstos no Programa Começar de Novo.

Faz parte do trabalho da unidade a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal e do sistema de execução de medidas socioeducativas voltadas aos adolescentes em conflito com a lei; além do apoio logístico às

varas de execução e o estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas no setor carcerário.

“A instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária, a implementação de políticas públicas no âmbito do sistema penitenciário também estão entre as competências da unidade de monitoramento”, complementa o coordenador executivo, Ariston Apoliano.

Na divisão de assistência jurídica da UMF, é feito o acompanhamento da situação processual dos detentos e das guias de execução e o levantamento de informações de presos provisórios.

Os projetos do órgão são elaborados por uma equipe técnica, que é responsável pela produção dos relatórios das unidades prisionais existentes no Estado.

A UMF funciona na Rua do Egito, 166 (Centro), próximo à sede administrativa do TJMA. Os telefones para contato são: (98) 3231 7555 (Programa Começar de Novo), 3231 7678 (divisão técnica), 3231 7429 (divisão de assistência jurídica). E-mail: coord_umf@tjma.jus.br (Ascom TJMA)